

OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

CNPJ nº 30.914.898/0001-74

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO												
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Subscrito		A integralizar		Capital social		Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Resultado Acumulado	Total Patrimônio Líquido
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24					
Circulante																	
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.042	18.126	205.518	44.965												
Aplicações financeiras	5	-	-	-	3.510												
Contas a receber	6	-	-	53.227	73.235												
Ativo financeiro	8	-	-	159.173	129.513												
Impostos a recuperar	7	3.974	4.069	25.536	24.262												
Partes relacionadas	28	553	951	-	-												
Dividendos a receber	10	42.541	60.903	-	-												
Adiantamento a fornecedores	9	81	81	6.498	1.556												
		52.191	84.130	449.952	277.041												
Não circulante																	
Impostos a recuperar	7	666	5.012	80.546	91.660												
Aplicações financeiras	5	-	-	-	200												
Ativo financeiro	8	-	-	669.452	637.991												
Adiantamento a fornecedores	9	96	96	2.875	576												
		762	5.108	752.873	730.427												
Investimentos	10	517.456	495.642	-	-												
Direito de uso		-	-	2.451	-												
Imobilizado		936	824	3.083	3.360												
Intangível	11	557	862	221.859	249.714												
Total do ativo		571.902	586.566	1.430.218	1.260.542												
Passivo e patrimônio líquido																	
Circulante																	
Fornecedores	12	419	332	25.594	30.267												
Fornecedores - confirming	12	-	-	29.337	24.038												
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	8.760	8.042												
Debêntures	14	-	-	62.763	68.429												
Dividendos a pagar	19	50.387	38.243	50.387	38.243												
Partes relacionadas	28	14.310	16.000	-	-												
Obrigações trabalhistas		5.112	3.976	11.943	10.605												
Impostos e contribuições a recolher	15	399	557	12.539	9.687												
IRPJ e CSLL a recolher	15	-	-	5.033	2.281												
Outros passivos	18	274	220	330	483												
		70.901	59.328	206.686	192.075												
Não circulante																	
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	40.232	46.584												
Debêntures	14	-	-	543.038	412.215												
Partes relacionadas	28	118.395	184.000	-	-												
Impostos e contribuições a recolher	15	-	-	246	534												
IRPJ e CSLL diferidos	16	-	-	225.367	223.636												
Impostos diferidos	16	-	-	31.653	41.900												
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	17	-	-	390	360												
Outros passivos	18	838	457	838	457												
		119.233	184.457	841.764	725.686												
Patrimônio líquido																	
Capital social	19	227.974	227.974	227.974	227.974												
Reserva de capital		2.135	2.135	2.135	2.135												
Reserva legal		42.794	40.237	42.794	40.237												
Reserva de lucros		108.865	72.435	108.865	72.435												
		381.768	342.781	381.768	342.781												
Total do passivo e patrimônio líquido		571.902	586.566	1.430.218	1.260.542												

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
Atividade	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Receita líquida dos serviços prestados	20	11.712	11.225	478.357	414.274					
Custo de serviço prestado	21	(3.695)	(2.246)	(209.744)	(156.795)					
Lucro bruto		8.017	8.979	268.613	257.479					
Recargas (despesas) operacionais										
Gerais e administrativas	21	(21.001)	(35.209)	(92.661)	(102.912)					
Resultado de equivalência patrimonial	10	99.803	218.644	-	-					
Outras despesas operacionais	22	(9.617)	(9.598)	(8.952)	90.027					
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		77.202	182.816	167.000	244.594					
Receita financeira	23	2.145	4.255	31.492	29.519					
Despesa financeira	23	(31.487)	(29.319)	(102.518)	(61.979)					
Resultado financeiro, líquido	23	(29.342)	(25.064)	(71.026)	(32.460)					
Lucro antes do IRPJ e CSLL		47.860	157.752	95.974	212.134					
Corrente	24	-	-	(34.651)	(29.479)					
Diferido	24	3.271	3.271	(10.192)	(21.632)					
Lucro líquido do exercício		51.131	161.023	51.131	161.023					
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES										
Lucro líquido do exercício		51.131	161.023	51.131	161.023					
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-					
Resultado abrangente do exercício		51.131	161.023	51.131	161.023					

CONSOLIDADAS: 3.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão descritas na nota explicativa 3.7. As mudanças nas políticas contábeis materiais estão descritas na nota explicativa 3.8. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração em sua gestão. **3.2 Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, quando tais transações são originadas. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. **3.3 Continuidade operacional:** A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira da Companhia e tem, na data da aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para a sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto aplicou-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **3.4 Base de consolidação:** Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As entidades que fazem parte dessa estrutura de consolidação são aquelas descritas anteriormente na nota explicativa nº 2. **3.5 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.6 Uso de julgamento e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir: **3.6.1 Avaliação dos instrumentos financeiros:** A nota explicativa nº 26 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros. **3.6.2 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:** O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 17. **3.6.3 IRPJ e CSLL diferidos ativos:** São reconhecidos para todos os créditos e perdas tributárias não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que haja diferenças temporárias tributáveis, ou seja, provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e pode ser baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Dessa forma, sempre que necessário, a Companhia faz o uso de estimativas para concluir sobre a provável existência de lucros tributáveis futuros, valendo-se da avaliação de risco do negócio e projeções de desempenho. **3.6.4 Perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. **3.7 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.7.1 Caixa e equivalência de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **3.7.2 Contas a receber:** Representa os saldos a receber contratualmente previstos junto aos Poderes Concedentes referente às contraprestações mensais que suas controladas, ONM Health e OZN Health, passaram a fazer jus após o início das operações, bem como, os saldos a receber dos serviços prestados pela controlada Opy Serviços. **3.7.3 Impostos a recuperar:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, a Companhia reconhece créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, oriundos das fases de construção e operação da Controlada ONM Health, OZN Health e ODR Health. Os referidos créditos são originados e reconhecidos no balanço patrimonial à medida que são adquiridos insussumos para execução dos serviços de construção e operação Adicional-

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

realiza contratação de serviços e realiza compras apoiado em sua política de compras. **Confirming** Os fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "Fornecedores - confirming".

3.7.10 Empréstimos e Financiamentos: Os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro é feita quando a Companhia tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os financiamentos estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

3.7.11 Arrendamentos e direito de uso: A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamentos e direito de uso, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação de equipamentos e da sede administrativa. A amortização é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

3.7.12 Impostos a recolher: Representa essencialmente saldos de PIS, COFINS e ISS a recolher sobre as operações de serviços de concessão e demais receitas acessórias das controladas. A Companhia reconhece estas obrigações pelo montante devido de acordo com os valores apurados, na competência em que os serviços são prestados. Sempre que permitido por lei, a Companhia utiliza-se da compensação de impostos para liquidar saldos passivos de tributos a pagar.

3.7.13 IRPJ e CSLL: O IRPJ e a CSLL sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais - base anual) para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de CSLL ou outros créditos fiscais não utilizados, sempre que permitido por legislação vigente, utilizam-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável. Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Em 31/12/2025 e de 2024, a Companhia não possui quaisquer operações ou saldos referentes a impostos correntes ou diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Despesas de IRPJ e CSLL corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

Despesas de IRPJ e CSLL diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou receita de IRPJ e CSLL diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. O IRPJ e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

3.7.14 Reconhecimento das receitas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades, apurada pelo regime contábil de competência. Na demonstração do resultado do exercício, a receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos-futuros serão apurados e o controle sobre o produto ou serviço é transferido para o cliente, considerando cada uma das atividades, conforme descrição a seguir:

Receitas de operação: Referem-se às receitas provenientes dos serviços de concessão dos Hospitais das controladas da Companhia e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. Na entidade individual, referem-se a receitas de prestação de serviços administrativos e gestão estratégica prestados pela controladora, com o objetivo de remunerar atividades como (i) consultoria e assessoria para análise, elaboração, implementação e acompanhamento do projeto; (ii) planejamento, suporte e gestão estratégica de ativos, recursos internos e inovação institucional; (iii) apoio administrativo voltado à gestão operacional e empresarial; (iv) apoio na elaboração, aprovação e execução de diretrizes financeiras e organizacionais; (v) orientação ao plano estratégico empresarial; e (vi) orientação sobre a condução da comunicação estratégica empresarial.

Receitas de remuneração do ativo financeiro: São as receitas reconhecidas mensalmente em função da correção do ativo financeiro, conforme descrito na nota explicativa nº 8, são calculadas com base no saldo do ativo financeiro do mês anterior. **Receitas de construção:** Representam as receitas reconhecidas em função da realização de serviços de construção, melhoria e manutenção das obras civis dos Hospitais. Tais receitas são mensuradas e reconhecidas conforme o estágio de execução das obras ao final de cada período. **Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros a pagar sobre os contratos de empréstimos e financiamento e debêntures que a Companhia e suas controladas possuem. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas aos juros dos financiamentos se dá em observância ao princípio contábil da competência e respeitadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida. Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

3.7.15 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial: Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** a) **Ativos financeiros:** Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, as operações de ativos financeiros são classificadas nas seguintes categorias: **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros; **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou **Valor justo por meio do resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima. Os ativos financeiros são revertidos quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ii) transferência de seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebíveis sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo: **Custo amortizado:** principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou **Valor justo:** utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e aqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser revertido o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração. A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como uma reversão do valor reconhecido originalmente como passivo, e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **3.7.16 Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando se possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimado de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.8 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 01/01/2025. A sua adoção não trouxe impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intituladas Falta de convertibilidade A Companhia adotou as alterações à IAS 21, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações especificam como avaliar se uma moeda é

OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

convertível e como determinar a taxa de câmbio quando não for. - OCP 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBO). A Companhia adotou a orientação técnica OCP 10, pela primeira vez no exercício corrente. Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. **3.9 Novos pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis:** Na data de autorização destas demonstrações financeiras a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir já emitidas e ainda não aplicáveis no exercício corrente. Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 - Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. Vigente a partir de 01/01/2027. IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. Esta norma permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar às IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A Companhia espera que suas subsidiárias possam beneficiar-se deste novo pronunciamento, entretanto, ainda está avaliando se os reguladores locais aprovarão a aplicação da IFRS 19. Exceto pelo IFRS 18, os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros** As alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7) são: **Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica:** As alterações permitem que uma entidade considere como liquidada uma obrigação financeira (ou parte da obrigação financeira) que será liquidada por meio de um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação, se critérios específicos forem atendidos. Se uma entidade optar por aplicar essa política contábil, será requerida a aplicá-la a todas as liquidações realizadas por meio do mesmo sistema de pagamento eletrônico. **Classificação de ativos financeiros: Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo:** As alterações fornecem orientação sobre como uma entidade pode avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Isso tem como objetivo auxiliar uma entidade a aplicar os requisitos para avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características vinculadas a questões ambientais, sociais e de governança (ESG). **Ativos financeiros com características "non-recourse":** As alterações aprimoram a descrição do termo "non-recourse", em especial para especificar que um ativo financeiro possui características de "non-recourse" quando o direito final da entidade de receber fluxos de caixa é contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos. **Instrumentos contratualmente vinculados:** As alterações esclarecem as características dos instrumentos contratualmente vinculados que os diferenciam de outras operações. Em especial, destacam que esses instrumentos estabelecem uma ordem de prioridade nos pagamentos aos detentores de ativos financeiros por meio de múltiplos instrumentos vinculados (tranches), utilizando uma estrutura de pagamento em cascata (waterfall). Essa estrutura resulta em concentração de risco de crédito e em uma distribuição desproporcional de perdas entre os detentores das diferentes tranches. As alterações também observam que nem toda operação com vários instrumentos de dívida atende aos critérios para ser considerada como envolvendo instrumentos contratualmente vinculados. Além disso, esclarecem que a referência aos instrumentos na carteira subjacente pode incluir ativos financeiros que não estão dentro do escopo dos requisitos de classificação. **Divulgações - Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os requisitos do IFRS 7 foram alterados para exigir que a entidade divulgue o ganho ou perda de valor justo reconhecido no resultado abrangente durante o período, divulgando separadamente o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos baixados no período e o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos mantidos ao final do período. **Termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais:** As alterações exigem que a entidade divulgue termos contratuais que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente que não estejam diretamente relacionados a mudanças nos riscos e custos básicos de empréstimos. Os requisitos se aplicam a cada classe de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como a cada classe de passivo financeiro mensurado ao custo amortizado. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 01/01/2026, sendo permitida adoção antecipada. Se uma entidade optar por aplicar essas alterações em um período anterior, ela deverá: Aplicar todas as alterações ao mesmo tempo e divulgar esse fato; ou - Aplicar apenas as alterações relacionadas a classificação de ativos financeiros para esse período anterior e divulgar esse fato. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com a IAS 8, com exceções específicas. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Caixa	-	-	1	1
Bancos	23	30	1.731	4.381
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	5.019	18.096	203.786	40.583
Total	5.042	18.126	205.518	44.965

(a) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") remunerados a uma taxa média (12 meses) de aproximadamente 103,91% do CDI em 31/12/2025 (99,00% do CDI em 31/12/2024). Estas aplicações são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2). **5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS:** A composição do saldo apresentado de aplicações financeiras é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
BASA	-	-	2.541	-
Banco Santander	-	-	1.169	-
Total	-	-	3.710	-
Circulante	-	-	3.510	-
Não circulante	-	-	200	-
	-	-	3.710	-

O saldo refere-se a títulos de capitalização junto à instituição financeira, os quais foram inteiramente resgatados. **6. CONTAS A RECEBER:** Referem-se aos saldos a receber mensais dos contratos de prestação de serviços junto aos órgãos públicos e clientes privados, com vencimento mensal. Estes recebimentos são realizados mensalmente e estão de acordo com o contrato de concessão com o poder concedente ou o contrato de prestação de serviços de gestão administrativa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (SES-AM) - (a)	38.405	46.300	-	-
Prefeitura de Belo Horizonte - (b)	11.314	10.720	-	-
Sociedade Beneficente Israelita Brasileira (c)	3.438	16.163	-	-
Outros	70	52	-	-
53.227	73.235	-	-	-

Ajuste a valor presente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Circulante	53.227	73.235	-	-
Não circulante	53.227	73.235	-	-
106.454	146.470	-	-	-

a) Refere-se às contas a receber junto à Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - SES-AM decorrentes da contraprestação mensal, conforme Contrato de Concessão nº 061/2013. b) Refere-se às contas a receber junto à Prefeitura de Belo Horizonte, conforme o contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro gerido pelo ONM Health S.A. c) Refere-se às contas a receber da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein em decorrência de serviços prestados pela Opy Serviços ao Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia e no Hospital Urgências de Goiás. A Administração da Companhia e suas Controladas, revisa a cada fechamento contábil o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais. O saldo a receber, classificado pelo prazo de vencimento em 31/12/2025 e 31/12/2024, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Valores a Vencer	52.779	62.626	-	-
Vencidos	-	-	-	-
De 1 a 30 dias	-	-	-	13
De 31 a 60 dias	31	-	-	-
Acima de 60 dias (i)	417	10.596	-	-
53.227	73.235	-	-	-

No Ane de 2024 ocorreu o recebimento de 3 de 4 contraprestações, que estavam em discussão com a SES-AM através de protocolos e ofícios. Em 2025, foi recebida a última contraprestação pendente no valor de R\$ 10.179. O saldo remanescente será recebido até 31/12/2026. A Companhia não possui expectativa de perda em relação a seus recebíveis em 31/12/2025. **7. IMPOSTOS A RECUPERAR:**

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
PIS/COFINS (a)	76	76	90.266	97.444
IRPJ / CSLL - Opy Serviços (b)	-	-	488	51
IRPJ / CSLL - ONM Health (b)	-	-	457	1.075
IRPJ / CSLL - OZN Health (b)	-	-	3.192	3.070
IRPJ / CSLL - ODR Health (b)	-	-	88	-
IRPJ / CSLL - Controladora (c)	1.060	5.012	1.060	5.012
IRRF - juros sobre capital próprio	2.850	2.850	2.850	2.850
IRRF - sobre aplicações financeiras	256	826	1.000	826
IRRF - sobre prestação de serviços	140	196	4.434	4.008
Outros	258	121	2.247	1.586
4.640	9.081	106.082	115.922	
Circulante	3.974	4.069	25.536	24.262
Não circulante	666	5.012	80.546	91.660

(a) O montante refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS reconhecidos ao longo de 2024 pela OZN. Em maio de 2020, a Companhia, por meio de sua subsidiária OZN, ingressou com ação judicial visando à suspensão da incidência de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, com fundamento na tese de que as atividades da OZN estariam abrangidas pelos benefícios fiscais aplicáveis à Zona Franca de Manaus. Em novembro de 2024, foi proferida decisão favorável à OZN, em trânsito em julgado. Em decorrência disso, os valores de PIS e COFINS recolhidos no período de 2017 a 2022 foram reconhecidos como crédito tributário, passível de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, nos termos da legislação aplicável. (b) Refere-se a impostos retidos sobre serviços prestados e saldos negativo de impostos pagos antecipadamente de IRPJ/CSLL por estimativa, IRRF sobre aplicações financeiras e prestações de serviços. (c) Refere-se a créditos de saldo negativo apurados. **8. ATIVO FINANCEIRO:** Refere-se às parcelas de valores a receber decorrentes dos contratos de concessão assinados com os respectivos poderes concedentes: Prefeitura de Belo Horizonte (ONM Health S.A.), a Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - SES-AM (OZN Health SPE S.A.) e o Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (ODR Health SPE S.A.). Os contratos de concessão foram classificados como ativo financeiro, uma vez que conferem à Companhia e às suas controladas direito incondicional de receber caixa diretamente dos Poderes Concedentes, pelo prazo de 20 anos (no caso de ONM e OZN) e 30 anos (no caso de ODR), em conformidade com as interpretações técnicas IPC 01 - Contrato de Concessão e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. A Companhia e suas Controladas têm a intenção de manter esses ativos durante todo respectivo prazo de concessão, de modo a receber os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos.

	ONM Health		OZN Health		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Remuneração	284.847	466.872	-	-	284.847	466.872
Atualização monetária do ativo financeiro (a), (b) e (c)	(45.094)	(95.362)	-	-	(45.094)	(95.362)
Adições	42.278	96.644	-	-	42.278	96.644
Saldo em 01/01/2024	291.031	476.491	-	-	291.031	476.491
Curto prazo	46.635	82.877	-	-	46.635	82.877
Longo prazo	244.377	393.614	-	-	244.377	393.614
Saldo em 01/01/2025	291.031	476.491	-	-	291.031	476.491
Remuneração	(48.617)	(102.870)	-	-	(48.617)	(102.870)
Atualização monetária do ativo financeiro (a), (b) e (c)	45.514	108.290	704	154.508	46.228	262.808
Adições	6.856	10.307	40.937	58.100	48.149	116.437
Saldo em 31/12/2025	294.766	492.218	41.641	828.625	294.766	492.218
Curto prazo	50.258	108.915	-	-	50.258	108.915
Longo prazo	244.508	383.303	41.641	669.452	244.508	383.303

a) A ONM Health S.A. reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro apurado no mês anterior. Esse saldo é atualizado pela taxa de 10,75% ao ano, em conformidade com as disposições do respectivo Contrato de Concessão. Adicionalmente, o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente com base na cesta de índices de reajuste prevista no contrato de concessão. Esse reajuste foi de 5,47% em 2025 e 4,30% em 2024. b) A OZN Health S.A. reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro apurado no mês anterior. Esse saldo é atualizado pela taxa de 11,50% ao ano, em conformidade com as disposições do respectivo Contrato de Concessão. A taxa utilizada pela OZN Health SPE S.A. para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, inclusive saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor a época da tomada de decisão de investir na concessão, tendo sido apurado por meio de metodologia do Capital Asset Pricing Model - CAPM, cujo a composição observou valores à época da realização do investimento. Adicionalmente, o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente com base na cesta de índices de reajuste prevista no contrato de concessão. Esse reajuste foi de 6,39% em 2025 e 4,41% em 2024. c) A ODR Health S.A. reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro apurado no mês anterior. Esse saldo é atualizado pela taxa de 8,44% ao ano, em conformidade com as disposições do respectivo Contrato de Concessão. A taxa utilizada pela ODR Health SPE S.A. para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, inclusive saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor a época da tomada de decisão de investir na concessão, tendo sido apurado por meio de metodologia do Capital Asset Pricing Model - CAPM, cujo a composição observou valores à época da realização do investimento. Adicionalmente, o saldo do ativo financeiro será atualizado anualmente com base na cesta de índices de reajuste prevista no contrato de concessão. Ressalta-se que não houve atualização até 30/12/2025, uma vez que o projeto se encontrava em fase de obras. Nesse período, conforme estabelecido contratualmente, não há pagamento de contraprestação pelo Poder Concedente. Considerando as características contratuais e o modelo de negócio para manutenção deste ativo financeiro, a Companhia o classifica como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48. Para exercício findo em 31/12/2025 a Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo de impairment no ativo financeiro. **9. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES:** Os saldos de outros ativos podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Adiantamento a fornecedor (a)	-	-	9.373	-
Outros ativos	177	177	-	-
177	177	9.373	2.132	

Circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Não circulante	81	81	6.498	1.556
	96	96	2.875	576

(a) O montante refere-se a pagamento realizado antecipadamente a fornecedor da ODR, atuante no segmento de construção civil, conforme condições contratuais acordadas entre as partes. Esse adiantamento tem como objetivo assegurar o cumprimento das condições contratuais e a continuidade do projeto, sendo que a execução dos serviços relacionados a esse pagamento é esperada ao longo dos próximos 17 meses. **10. INVESTIMENTOS:** Referem-se aos investimentos em controladas avaliadas por equivalência patrimonial. **10.1 Movimentação dos saldos / histórico da transação:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Saldo inicial	495.642	582.649	-	-
Aporte de capital na ODR Health S.A	17.999	2.001	-	-
Constituição InfraserV S.A.	51	-	-	-
Amortização mais valia - OZN	(4.512)	(4.512)	-	-
Amortização mais valia - ONM	(1.834)	(1.834)	-	-
Recebimento de dividendos	(21.000)	(219.387)	-	-
Compensação dividendos	(40.738)	-	-	-
Dividendos propostos a receber (a)	(27.955)	(37.518)	-	-
Recebimento juros sobre capital próprio	-	-	(44.401)	-
Equivalência patrimonial	99.803	218.644	-	-
Saldo final	517.456	495.642	-	-

(a) O montante de dividendos propostos de 2025 referem-se aos dividendos mínimos do lucro líquido de exercícios da ONM Health, OZN Health e Opy Serviços, calculados nos

continuação

11. INTANGÍVEL: Intangível pode ser assim demonstrado:

	Consolidado			
	31/12/25	31/12/24	31/12/23	
Softwares e outros	20% a.a.	456	(177)	279
Direito de uso (a)	5% a.a.	267.308	(158.765)	108.543
Mais valia - Concessão ONM (b)		82.730	(28.781)	53.949
Mais valia - Concessão OZN (b)		84.310	(34.180)	50.130
Constituição de Intangível - Concessão ODR (c)		9.162	(204)	8.958
		443.966	(222.107)	221.859

(a) Corresponde à parcela da remuneração da OZN relacionada ao direito da OZN Health SPE S.A.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: A composição dos saldos de obrigações com empréstimos e financiamentos, em 31/12/2025 e 31/12/2024 é demonstrada a seguir:

Instituição financeira	Companhia	Modalidade	Data da captação	Vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição atualizada em	
							31/12/25	31/12/24
BDMG	ONM Health (a)	Financiamento com garantia	25/10/21	25/08/31	SELIC + 4,74%	75.000	46.563	54.626
HP FINANCIAL	ONM Health (b)	Financiamento de ativo fixo	01/03/25	17/02/30	14,79%	2.915	2.429	-
						77.915	48.992	54.626

Circulante
Não Circulante

Os contratos de dívida junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), bem como os instrumentos que regem o Certificado de Recebíveis Imobiliário (CRI) - representados pela debênture que lastreia a operação (ver Nota Explicativa nº 14) - contém cláusulas de covenants financeiros que exigem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros dentro dos limites estabelecidos contratualmente. Os montantes apresentados na modalidade de financiamento de ativo fixo referem-se a captações para financiar a aquisição de ativos financeiros realizadas através de operações de arrendamento mercantil. Nesta categoria de financiamento, os próprios ativos adquiridos são dados em garantia à dívida. A movimentação dos financiamentos da controlada entre períodos findos em 31/12/2025 e de 2024, é como segue:

Instituição financeira	Companhia	31/12/25	Adições	Custo de Transação Líquido	Principal		Juros e encargos		31/12/25
					31/12/24	31/12/23	31/12/25	31/12/24	
BDMG	ONM Health	54.626	-	291	(8.333)	9.387	(9.408)	46.563	
HP FINANCIAL	ONM Health	-	2.915	291	(486)	143	(143)	2.429	
		54.626	2.915	291	(8.819)	9.530	(9.551)	48.992	

Em 31/12/2025, o saldo classificado no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2027	8.719
2028	8.766
2029	8.813
Acima de 2030	12.176
	38.474

14. DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS:

Modalidade	Companhia	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em	
						31/12/25	31/12/24
Debentures	ONM Health	13/09/2021	15/08/2031	7,36%	60.000	64.800	67.683
Debentures	OZN Health	20/12/2024	20/12/2031	100%DI+3,5% a.a	420.000	404.498	412.961
Debentures	ODR Health	20/04/2025	30/04/2027	100% DI + 2,25% a.a	130.000	136.503	-
Circulante (Principal)		64.206	69.791	-	-	-	-
Circulante (Custo emissão debentures)		(1.443)	(1.362)	-	-	-	-
Não circulante (Principal)		553.402	420.000	-	-	-	-
Não circulante (custo emissão debentures)		(10.364)	(7.785)	-	-	-	-
						543.038	412.215

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas durante os exercícios findos em 31/12/2025 e 2024.

Debentures	31/12/24	Adições	Custo emissão debentures	Principal		Juros e encargos		31/12/25
				31/12/24	31/12/23	31/12/25	31/12/24	
Debentures emitidas - ONM Health	54.998	-	-	(6.150)	-	-	-	48.848
Juros Contrato - ONM Health	29.529	-	-	-	-	7.879	(4.986)	32.422
Amortização juros contrato - ONM Health	(15.481)	-	-	-	-	-	-	(15.481)
Custo com emissão debentures - ONM Health	(1.363)	-	-	-	-	374	-	(989)
Debentures emitidas - OZN Health	420.000	-	-	(8.400)	-	-	-	411.600
Juros Contrato - OZN Health	1.492	-	-	-	-	71.054	-	72.546
Amortização juros contrato - OZN Health	(746)	-	-	-	-	-	(70.950)	(71.696)
Custo com emissão debentures - OZN Health	(7.785)	(328)	-	-	-	161	-	(7.952)
Debentures emitidas - ODR Health	-	130.000	-	-	-	-	-	130.000
Juros Contrato - ODR Health	-	-	-	-	-	9.229	-	9.229
Custo com emissão debentures - ODR Health	-	(2.726)	-	-	-	-	-	(2.726)
	480.644	126.946	-	(14.550)	-	88.697	(75.936)	605.801

Debentures

Debentures	31/12/23	Adições	Custo emissão debentures	Principal		Juros e encargos		31/12/24
				31/12/23	31/12/22	31/12/24	31/12/23	
Debentures emitidas - ONM Health	58.440	-	-	(3.442)	-	-	-	54.998
Juros Contrato - ONM Health	21.276	-	-	-	-	8.253	-	29.529
Amortização juros contrato - ONM Health	(10.569)	-	-	-	-	-	(4.912)	(15.481)
Custo com emissão debentures - ONM Health	(1.849)	-	-	-	-	486	-	(1.363)
Debentures emitidas - OZN Health	-	420.000	-	-	-	-	-	420.000
Juros Contrato - OZN Health	-	-	-	-	-	1.492	-	1.492
Amortização juros contrato - OZN Health	-	-	-	-	-	-	(746)	(746)
Custo com emissão debentures - OZN Health	-	-	-	-	-	(7.785)	-	(7.785)
	67.298	420.000	-	(3.442)	-	2.446	(5.658)	480.644

ONM Health S.A.: Em 20/08/2021, a ONM realizou uma emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, no montante de R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais). Essas debêntures serviram de lastro para operação de securitização, por meio da qual a Virgo Companhia de Securitização emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). As debentures possuem prazo de 10 anos, remuneração correspondente a IPCA + 7,36% ao ano e carência de 12 meses para amortização do principal. Os recursos captados foram integralmente destinados ao pagamento das despesas diretamente relacionadas às obras de expansão, desenvolvimento, reforma e manutenção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, ativo objeto do Contrato de Concessão da ONM Health S.A. A operação conta com carta fiança como garantia, no valor equivalente a três parcelas vincendas da dívida, em benefício dos titulares do CRI perante a Virgo Companhia de Securitização. Adicionalmente, a operação conta com as seguintes garantias reais: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes do "Contrato de Penhor", conforme Contrato de Concessão; e (ii) alienação fiduciária das ações da ONM Health S.A. detidas pela Companhia. A operação é regida, entre outros, pelos seguintes instrumentos: (i) Contrato de Distribuição; (ii) Escritura de Emissão de Debentures; (iii) Escritura de Emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários; (iv) Termo de Securitização; (v) Contrato de Cessão Fiduciária; e (vi) Contrato de Alienação Fiduciária, incluindo todos os seus anexos e aditamentos.

OZN Health S.A.: Em 26/11/2024, a OZN Health S.A. realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, no valor de R\$ 420.000, com prazo de 7 anos, remuneração equivalente a CDI + 3,50% ao ano e carência de 11 meses para amortização do principal. Os recursos captados foram integralmente destinados à quitação de contratos de financiamentos anteriormente celebrados com o Banco da Amazônia (BASA), BNDES, Banco Votorantim, bem como ao pagamento de dividendos e à liquidação de mútuos com partes relacionadas. A operação conta com garantia fidejussória, representada por carta fiança no valor equivalente a três parcelas vincendas da dívida, emitida em favor do agente fiduciário, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Adicionalmente, foram constituídas as seguintes garantias reais: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Concessão, conforme cláusula 4; (ii) alienação fiduciária das ações da OZN Health S.A. detidas pela Companhia. A emissão é regida, entre outros, pelos seguintes instrumentos: (i) Escritura de Emissão; (ii) Contratos de Garantia, incluindo a alienação de ações e a cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, celebrado entre a emissora, a fiadora e as instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (iv) Contrato de Prestação de Serviços de Banco Depositário ("Contrato Serviços de Cauções e Outros"); (v) demais instrumentos celebrados com prestadores de serviços contratados no âmbito da emissão e da oferta; e (vi) eventuais aditamentos e anexos aos documentos mencionados nos itens acima. O saldo principal encontra-se apresentado líquido dos custos de transação, conforme

previsto no Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. **ODR Health S.A.:** A ODR realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, em duas séries, no valor total de R\$ 130.000, sendo: R\$ 65.000 referentes à Primeira Série, emitida em 30/04/2025, e R\$ 65.000 referentes à Segunda Série, emitida em 15/10/2025. As debentures possuem prazo de 2 anos, com remuneração equivalente a CDI + 2,25% ao ano, com vencimento em parcela única em 30/04/2027. Os recursos captados foram destinados ao financiamento de investimentos relacionados à implantação do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina, em Palmas, TO, abrangendo despesas associadas às obras de construção e expansão do empreendimento. Esses investimentos incluem, entre outros, gerenciamento das obras, aquisição de materiais, elaboração de projetos, obtenção de licenças, construção de instalações, bem como aquisição de mobiliários e equipamentos necessários à futura operação do hospital. A operação é regida, entre outros, pelos seguintes documentos: (i) Escritura de Emissão; (ii) Contratos de Garantia, incluindo alienação de ações do ODR detidas pela Companhia e cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, celebrado entre a emissora, a fiadora e a instituição financeira distribuidora; (iv) Contrato de Prestação de Serviços de Banco Depositário ("Contrato de Conta Vinculada"); (v) Contrato de conta Garantia; e (vi) demais instrumentos, anexos e aditamentos relacionados aos documentos mencionados acima. O saldo do principal encontra-se líquido dos custos de transação, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. A liquidação integral das debentures está prevista para ocorrer por meio de recursos provenientes de operação de financiamento de longo prazo a ser contratada. A Administração entende haver razoável segurança quanto à conclusão dessa operação, considerando o estágio avançado das tratativas com instituições financeiras. **14.1 - Covenants: OZN Health S.A.:** O contrato das debentures contém cláusulas de covenants financeiros que estabelecem a manutenção de determinados índices financeiros mínimos e máximos, conforme estabelecido em contrato. Esses covenants são mensurados com base no Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") e na razão Dívida Líquida/EBITDA Cash. O ICSD deverá ser calculado como a razão entre: (A) *Geração Operacional de Caixa*, correspondente ao Fluxo de Caixa Operacional proveniente das atividades operacionais, considerando o somatório dos recebimentos de contraprestação pública, inclusive aqueles relacionados ao ativo financeiro, bem como de outras Receitas Operacionais, líquidas de eventuais compartilhamentos com o Poder Concedente, deduzidos os custos e despesas operacionais e administrativos, incluindo tributos e impostos incidentes sobre as receitas; e (B) *Serviço da Dívida*, correspondente à amortização do principal e ao pagamento de juros decorrentes de passivos onerosos assumidos pela Emissora, a serem pagos no respectivo período, sendo ICSD = A / B. A *Dívida Líquida* corresponde ao somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo mútuos, avais e emissões de títulos de renda fixa no mercado nacional ou inter-

nacional, acrescido do montante de operações de risco sacado que excedam o valor total de R\$ 15.000. O EBITDA Cash é calculado com base no período de 12 meses anteriores à respectiva data de apuração, e corresponde ao lucro ou prejuízo antes de: (a) impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias; (b) despesas de depreciação e amortização; e (c) despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras. Para fins de cálculo do EBITDA Cash, são excluídos: 1) receitas de remuneração de ativo financeiro; 2) receitas de construção, baixas do ativo financeiro relacionados à concessão ou à sua remuneração, bem como os impostos incidentes sobre o ativo financeiro; e 3) custos de construção. O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,2, sendo apurado semestralmente, com base nos valores acumulados dos últimos **doze meses**, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras da OZN. Adicionalmente, a razão Dívida Líquida/EBITDA Cash deve ser igual ou inferior aos seguintes limites discriminados abaixo, conforme o ano de apuração:

Período	Limite Div. Líq. / EBITDA Cash
2024	≤ 3,0
2025	≤ 2,9
2026 e 2027	≤ 2,5
2028 e 2029	≤ 2,0
2030 e 2031	≤ 1,0

Os Covenants são mensurados semestralmente, e em 31/12/2025 (data de mensuração mais recente) a Companhia cumpriu com os índices financeiros.

Índice

Índice	Limite	31/12/25	31/12/24
ICSD	>= 1,2	1,9	2,3
Dívida Líquida/EBITDA Cash	≤ 2,9	2,3	-

Últimos 12 meses acumulados

Índice	Limite	31/12/25	31/12/24
ONM Health S.A.: Os contratos de dívida junto ao Banco BDMG e os instrumentos que regem o certificado de recebível imobiliário (aqui representados pela debênture que lastreia a operação descrita nesta nota explicativa) contém cláusulas de covenants financeiros que busca manter o patamar de certos índices financeiros conforme estabelecido em contrato. Esses covenants são aplicáveis tanto à debenture emitida pelo ONM quanto aos empréstimos e financiamentos do ONM. O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,3, sendo apurado semestralmente, com base nos valores acumulados nos últimos doze meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras do ONM. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, a ONM terá o prazo de 6 meses para comprovar o reestabelecimento do referido índice. Em 31/12/2025 a Companhia cumpriu com os índices financeiros.			

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER:

Controladora	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
PIS a Recolher	12	1.124
Cofins a recolher	97	5.563
ISS a recolher	59	3.143
PIS e COFINS a recolher - Parcelamento (a)	-	420
IRPJ a recolher	-	2.608
CSLL a recolher	-	2.425
IRRF a recolher	231	361
CSRF a recolher	-	220
IOF a recolher (b)	-	3.684
Outros impostos	-	4
Total	399	17.818
Circulante	399	17.572
Não Circulante	-	246

(a) Em 31/08/2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Medida Provisória nº 783, de 31/05/2017, para parcelamento de débitos de PIS e COFINS até março de 2017 de R\$13.745 (incluindo multas e juros). Até 31/12/2025, a Companhia efetuou o pagamento de 117 parcelas, restando 29 parcelas a serem pagas mensalmente. (b) IOF a recolher referente ao mútuo. Os detalhes desta operação estão detalhados na nota explicativa nº 28.

16. IMPOSTOS DIFERIDOS:

Controladora	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
IRPJ de Pessoa Jurídica (IRPJ) (a)	137.691	126.774
CSLL sobre o Lucro Líquido (CSLL) (a)	49.577	42.488
IRPJ e CSLL sobre créditos extemporâneos (c)	12.535	16.469
IRPJ e CSLL sobre mais valia	25.564	37.405
Total	225.367	223.136
Programa de Integração Social (PIS) (b)	3.144	4.874
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (b)	14.241	22.450
Imposto sobre serviço (ISS) (b)	14.268	14.576
Total	31.653	41.900

Circulante
 Não Circulante

(a) O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e diferimento da receita dos contratos de concessão. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. (b) O PIS, a COFINS e o ISS diferidos, classificadas no passivo não circulante, representa a expectativa de liquidação destes tributos ao longo de todo o prazo das concessões, que, atualmente, estão previstos para se encerrar em 2033 (OZN Health) e 2035 (ONM Health). Tais impostos são devidos somente à medida em que ocorrem os recebimentos financeiros das contraprestações relacionadas à realização do ativo financeiro. (c) Saldo referente a IRPJ e CSLL incidentes sobre crédito extemporâneo da empresa OZN Health, cujo contexto se encontra na nota explicativa nº 7. **17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTA E CIVIS:** As provisões para riscos refletem a opinião de assessores jurídicos que classificam alguns passivos com risco provável de perda. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos na esfera administrativa e trabalhista. Sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida. Para 31/12/2025 não houve valores judiciais avaliados com grau de risco de perda possível. A movimentação das provisões para riscos trabalhistas, pode ser assim demonstrada:

Companhia	31/12/24		Provisão	Reversão	31/12/25
	31/12/24	31/12/23			
Administrativa	320	-	-	-	320
Trabalhista	40	70	(40)	-	70
Total	360	70	(40)	-	390

18. OUTROS PASSIVOS: O saldo de outros passivos está abaixo demonstrado para os exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024:

Controladora	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Plano de Outorga de Ações a Pagar	658	658
Outros	454	510
	1.112	1.168
Circulante	274	330
Não circulante	838	838

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Capital social: Em 27/06/2024, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi convertida em capital social a totalidade das debentures emitidas em 12/08/2023 no total de R\$ 257.973. Nesta conversão, foram emitidas 800.004 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão de R\$ 0,322465377 por ação. Com esta conversão, o capital da companhia passou de R\$ 200.001 para R\$ 457.974. Em 30/12/2024, mediante a ata de assembleia geral extraordinária, foi deliberada a redução de capital da companhia, no montante de R\$230.000 e o cancelamento de 502.214,427 ações ordinárias. Com a redução de capital social a companhia passa a ter em 31/12/2024 um capital social subscrito e integralizado de R\$227.974, correspondente a 497.790,573 ações totalmente integralizadas em 31/12/2025 e 31/12/2024 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

continuação



OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. Continuation table with multiple columns for financial data, including balance sheets, income statements, and risk management sections.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026

ICP Brasil logo and QR code with text: Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

São realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, não gerando qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

Relação	31/12/25	31/12/24
Receita de Serviços Prestados		
OZN Health S.A	12.132	10.633
ONM Health S.A	5.134	4.925
	17.266	15.558
Contas a receber Pagamento de despesas iniciais (ODR Health S.A.)		951
Juros sobre capital próprio		44.401
OZN Health S.A		44.401
Recebimento de Dividendos		
OZN Health S.A	21.000	201.713
Opy Serviços Hospitalares S.A		2.500
ONM Health S.A		1.000
	21.000	205.213

Remuneração pessoal chave da administração: A remuneração do pessoal-chave da administração, por serviços prestados, refere-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e pró-labore.

31/12/25	31/12/24	
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. (a)	4.903	19.347
ONM Health S.A	1.246	823
OZN Health S.A	2.062	3.383
Opy Serviços Hospitalares S.A	795	794
	9.006	24.047

(a) A variação em relação ao ano anterior refere-se à remuneração extraordinária em 2024 relativa ao evento de saída dos cotistas anteriores do FIP, em montante aproximado de R\$ 10,7 milhões (a título de bônus para os executivos) e remuneração de performance share no montante de R\$ 2,8 milhões. **29. SEGUROS: OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.:** A controladora possui apólice de Responsabilidade para Administradores (D&O, Directors and Officers) com cobertura máxima de R\$90.000 emitida pela seguradora CHUBB SEGUROS BRASIL S.A. Essa apólice tem vigência de 20/02/2026 até 20/02/2027. **ONM Health S.A:** A ONM Health S.A. mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quadro abaixo:

Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Axa Seguros S.A	Resp. Civil	02852202200 1903510008922	dez/2024 a dez/2025	30.000
Junto Seguros S.A	Seguro e Garantia	00000000000 0507750379246	mar/2025 a mar/2026	31.000
Chubb Seguros S.A.	Risco Operacional	0202049996	Jul/2025 a Jul/2026	724.976
Fator Seguros S.A	Resp. Civil	5100004265	Jun/2025 a Jun/2026	30.000
Ezze Seguros S.A.	Seguro e Garantia	7507055435	mai/2025 a mai/2026	4.123

Garantias de execução do Contrato de Concessão pela concessionária: A ONM mantém em favor do Poder Concedente garantias do fiel cumprimento das obrigações contratuais, estipuladas no contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro gerido pela ONM Health S.A., junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. As garantias são de execução que é demandado pelo contrato de concessão (Cláusula 19, item 19.1 e 19.1.1). Esses contratos são atualizados anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R\$31.000. **OZN Health SPE S.A.:** A OZN mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quadro abaixo:

Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Chubb Seguros S.A.	Resp. Civil	00000000002 951004623212	jun/2025 a jun/2026	20.000

ODR Health SPE S.A.: A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quadro abaixo:

Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Chubb Seguros	Resp. Civil	00000000002 951004623212	jun/2025 a jun/2026	20.000

30. EVENTOS SUBSEQUENTES: OZN Health: Até a data de emissão do relatório, o evento subsequente significativo da OZN refere-se a: Em 07/01/2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração a deliberação no montante de R\$53.500 de dividendos intercalares a pagar à OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A., conforme valor apurado em balanço patrimonial intermediário levantado em 30/09/2025. Os dividendos ora declarados foram pagos à acionista da Companhia na mesma data. **OPY SERVIÇOS:** Até a data de emissão do relatório, o evento subsequente significativo da OPY SERVIÇOS refere-se a: Em 07/01/2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração a deliberação no montante de R\$4.260 de dividendos intermediários a pagar à OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A., conforme valor apurado em balanço patrimonial levantado em 31/12/2025. Os dividendos ora declarados foram pagos à acionista da Companhia na mesma data. **31. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA:**

31/12/25	31/12/24
ONM - Adições ao direito de uso por meio da contratação de arrendamentos	2.915
ODR - Adições ao ativo financeiro por meio da contratação de serviços que ainda não foram pagos no período	3.313
OZN - Compensação entre juros sobre empréstimos com partes relacionadas a receber e despesas entre partes relacionadas a pagar	11.604
OZN - Compensação entre empréstimos com partes relacionadas a receber e dividendos a pagar	87.056
OZN - Compensação entre crédito de IRPJ retido na fonte (sobre serviços prestados e aplicações financeiras) e IRPJ a recolher	12.520
OZN - Compensação de tributos federais (IRPJ/CSLL x PIS/COFINS) via Perd/Comp	11.915
	129.323
	11.824

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2026.

DIRETORIA
DIRETOR PRESIDENTE - Mateus Renault
DIRETOR FINANCEIRO - Felipe Rodrigues Tonetti
CONTADOR RESPONSÁVEL - Ronney Donizete Fernandes Contador - CRC - 1SP-286064/0-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros, Acionistas, Diretores e Administradores da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. em 31/12/2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativos financeiros e receitas de parcerias público-privadas:** Por que é um PAA: Conforme mencionado nas notas explicativas nº 8 e nº 20 a Companhia e suas controladas apresentavam, no consolidado, receitas provenientes de parcerias público-privadas no montante de R\$478.357 mil e ativo financeiro no montante de R\$828.625 mil, respectivamente, em 31/12/2025. O ativo classificado como um ativo financeiro constitui direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção prestados. O reconhecimento dos ativos financeiros e receitas correspondentes no contexto das parcerias público-privadas possuem complexidades quanto à metodologia de cálculo (incluindo taxa de desconto e reajustes anuais) e alocação dos preços de transação entre receitas de operação, receitas de obra e remuneração sobre o ativo financeiro, bem como as atualizações dos cálculos trimestrais. Anuais de acordo com a interpretação técnica ICP 01 (R1). Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; e (ii) aos julgamentos realizados pela Diretoria na mensuração e no reconhecimento do ativo financeiro de acordo com a interpretação técnica ICP 01 (R1), como determinação da taxa interna de retorno do contrato de concessão ("TIR"), alocação das receitas de construção, operações e de atualização do ativo financeiro, por exemplo. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionados às atualizações dos ativos financeiros relacionados, bem como o correspondente reconhecimento

das receitas de operação, receitas de obras e receitas financeiras desses contratos. ii) Leitura do contrato de concessão das controladas da Companhia, bem como cálculo da modelagem aplicável e dos respectivos fluxos financeiros, à luz da interpretação técnica ICP 01 (R1), com foco na determinação da taxa interna de retorno e dos percentuais de alocação entre receitas de construção, operações e atualização do ativo financeiro. iii) Execução de teste, em bases amostrais, para as movimentações ocorridas durante o exercício findo em 31/12/2025, com a inspeção das documentações-suporte aplicáveis, com o objetivo de assegurar a acuracidade de eventuais atualizações efetuadas na modelagem aplicável. iv) Avaliação da adequação das divulgações requeridas pela interpretação técnica ICP 01 (R1) nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos o reconhecimento dos ativos financeiros e receitas correspondentes aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Audítores Independentes Ltda.
 CRC nº 2 SP 011609/0-8

Daniilo Namura Lombardoso
Contador
 CRC nº 1 SP 278829/0-3

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

